
A imprensa e a crise do Governo João Goulart: Comunicação, Política e História¹

Fabício FERREIRA²
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A imprensa vem sendo examinada por diversos pesquisadores interessados na crise do Governo João Goulart (1961-1964) e no colapso da primeira experiência democrática brasileira (1946-1964). Em comum, as pesquisas indicam que os jornais se engajaram nos conflitos do período, buscando orientar seus leitores e as autoridades no sentido de assumirem determinados posicionamentos. Neste trabalho, pretendo revisar criticamente estudos voltados para a atuação da imprensa carioca, evidenciando as formas de ação política de periódicos que, de alguma forma, refletiam a disposição das forças políticas na primeira metade da década de 1960 no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa; João Goulart; jornais; política; conflitos.

Introdução

A literatura especializada na crise do Governo João Goulart (1961-1964) é enfática ao afirmar a participação de setores civis na campanha que ajudou a depor o Presidente da República e contribuiu com a instauração de um regime militar (1964-1985). Ainda que a intervenção tenha sido eminentemente militar, o fato é que empresários, políticos, intelectuais e jornalistas participaram ativamente dos debates políticos da primeira metade da década de 1960, se posicionando diante das “reformas de base”, da crise aberta pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, das revoltas de sargentos e marinheiros, da atuação dos sindicatos, entre outros eventos e questões.

Os jornais cariocas, em particular, refletiram, em boa medida, a disposição das forças políticas naquele período. Atuando no centro de gravidade da política nacional, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Novos Rumos*, *O Semanário*, entre outros veículos, assumiram determinados posicionamentos diante do Governo Federal e dos conflitos, os quais se associavam não só aos interesses de seus grupos diretores, como também ao equilíbrio de forças políticas e sociais.

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, e-mail: fabricao.f.medeiros@hotmail.com.

Contudo, o aumento do interesse pela atuação da imprensa é relativamente recente. Em trabalho publicado 42 anos após a ruptura democrática de 1964, Alzira Alves Abreu apontou esta lacuna, afirmando que “são raros os estudos que analisam o papel da imprensa e da incipiente televisão na queda do governo Goulart, embora os meios de comunicação tenham sido utilizados [...]” (2006, p. 108) constantemente por civis na propagação de ideias políticas. Salvo esta consideração, a literatura sobre a crise do Governo Goulart tem mostrado uma preocupação maior com a imprensa, se debruçando não apenas sobre jornais de grande circulação, mas também no que tange a veículos doutrinários e sem dimensão empresarial.

Neste trabalho pretendo revisar criticamente algumas pesquisas voltadas para a atuação da imprensa carioca, evidenciando as formas de ação política de jornais que, de alguma forma, espelhavam a disposição das forças políticas na primeira metade da década de 1960 no Brasil. Partindo do diálogo entre Comunicação, Política e História, ressalto a importância de se compreender a política na perspectiva do campo jornalístico, em seus embates, conflitos e aproximações com atores do próprio campo, isto é, com outros jornais, e com atores externos, tais como: partidos, movimentos e lideranças políticas. Para tanto, considero inicialmente os caminhos da pesquisa acadêmica sobre a crise do Governo João Goulart e as razões do descrédito dos jornais enquanto fonte e objeto de investigação. Posteriormente, aponto algumas questões pertinentes aos estudos sobre a ação política da imprensa neste período.

Caminhos da pesquisa acadêmica sobre a crise do Governo João Goulart

Segundo o historiador Carlos Fico, as primeiras interpretações sobre a crise de 1964 privilegiaram aspectos factuais da política, sendo “estampadas nas páginas dos jornais e em livros” (2004, p. 27). Esses relatos careciam de análise documental ou mesmo de profundidade histórica, ainda que tivessem sido apropriados como verdades absolutas em estudos posteriores.

Os primeiros estudos sobre a temática partiram de uma perspectiva estruturalista, a qual sobrevalorizava a problemática econômica da mudança de estágios e modelos de desenvolvimento. Muito comum na década de 1970, essa interpretação era defendida por sociólogos, economistas e cientistas políticos, os quais situavam a crise do Governo Goulart em um processo de média e longa duração responsável pela industrialização do

país. Entre as teses principais desse modelo interpretativo, Lucilia de Almeida Neves Delgado ressaltou:

- convicção de que o processo de industrialização tardia no Brasil atingiu um ponto crítico, que demandava soluções para resolução dos conflitos sociais a ele inerentes. Tais soluções se apresentaram sob a forma autoritária de regulação dos referidos conflitos;
 - vinculação do golpe político às incompatibilidades entre os modelos agrário exportador e o desenvolvimentista industrializado e internacionalizado;
 - convicção de que a opção por um econômico industrializante internacionalizado consolidou a dependência econômica, gerou crescente concentração da renda e propiciou eclosão de contundentes manifestações sociais reformistas e nacionalistas. Esse processo levou à ruptura do ‘pacto populista’.
- O golpe, portanto, tornou-se inevitável, pois decorreu de um agudo acirramento do conflito social, que ganhou dimensões de disputa política e ideológica (2010, p. 131).

Em outra perspectiva, os estudiosos de 1964 passaram a considerar o tempo curto dos acontecimentos e os problemas conjunturais, enfatizando a atuação de atores que conspiraram contra o Governo Goulart e contribuíram ou efetivaram a intervenção militar. Esses trabalhos se projetaram no Brasil por volta da década de 1980, lançando luz sobre o papel dos militares, do empresariado, dos latifundiários, de membros da Igreja Católica, do capital internacional e de partidos políticos (DELGADO, 2010).

Na década de 1990, com a redemocratização, o desenvolvimento dos cursos e programas de pós-graduação, bem como contando com o aumento significativo da disponibilidade de fontes, a produção acadêmica ganhou fôlego, sendo realizadas novas descobertas empíricas e lançados novos questionamentos (FICO, 2017).

Surgiram nesse período trabalhos sobre a perspectiva militar a respeito da intervenção de 1964, importantes porque, entre outras coisas, consideraram as visões de atores que participaram da administração pública durante o regime militar. Ao analisar os depoimentos de militares pertencentes aos extratos médios das Forças, Maria D’Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994) observaram que havia até então certo desinteresse pela atuação desse grupo militar, sendo privilegiada a narrativa de generais que participaram diretamente da articulação golpista. Seja como for, os autores demonstraram que a análise dos depoimentos poderia ser útil no esclarecimento de diversas questões mal compreendidas, tais como: o grau de coordenação das ações voltadas para a deposição do Presidente Goulart, a força do “dispositivo militar” que poderia proteger Jango frente a eventuais tentativas de golpe, as divisões políticas nas

Forças Armadas, a existência ou ausência de um projeto político criado entre os militares e o tempo desejado para a permanência no poder, entre outras questões.

No entanto, apenas recentemente, década de 2000 em diante, os pesquisadores passaram a olhar com mais atenção para a ação política da imprensa. Em parte, acredito que esse movimento de habilitação dos jornais enquanto fonte e objeto de investigação sobre a crise do Governo Goulart tenha relação com avanços institucionais, particularmente com a expansão dos programas de pós-graduação e das iniciativas de fomento à pesquisa, as quais têm contribuído para o desenvolvimento de estudos mais sólidos teórica e metodologicamente. Além disso, o crescimento do diálogo interdisciplinar tem sido fundamental, na medida em que municia pesquisadores de ferramentas novas a serem utilizadas na crítica de fontes documentais e na interpretação de fatos.

No campo historiográfico, por exemplo, a resignificação da história política e da noção de documento ajudou a fazer com que os pesquisadores vissem nos jornais uma fonte tão valiosa quanto qualquer outra. Ao abandonar a pretensão da história metódica, segundo a qual caberia ao historiador narrar a “verdade” dos fatos, os historiadores passaram a procurar compreender não apenas o que os textos dizem, mas também a forma pela qual narram as ações humanas. Assim, a imprensa foi valorizada não apenas como meio, mas inclusive como “objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118).

Uma revisão sobre a atuação da imprensa

A crise do Governo João Goulart (1961-1964) e o golpe de Estado que encerrou a primeira experiência democrática no Brasil, possivelmente, é um dos temas mais pesquisados em nossa história, sobretudo quando se olha para a sua fase republicana. Porém, só recentemente a imprensa ganhou foro de objeto legítimo de investigação sobre este período.

A análise sobre a atuação política da imprensa carioca sobressai, não só porque o Rio de Janeiro era identificado como uma ‘caixa de ressonância dos problemas nacionais’ (MOTTA, 2000, p. 1), mas também porque os jornais cariocas representavam, em boa medida, a diversidade de forças políticas que disputavam a hegemonia no início da década de 1960. Liberais, comunistas, trabalhistas, nacionalistas, praticamente todas as ideologias se faziam presentes no campo jornalístico carioca, fato que, por si só, já poderia justificar a realização de estudos nesta

ceara. Contudo, em muitos casos, os pesquisadores têm ignorado a pluralidade ideológica da imprensa, tendendo a sobrevalorizar o viés “golpista” dos jornais cariocas.

Em trabalho clássico na historiografia brasileira, voltado para a *História da imprensa no Brasil*, Nelson Sodré (1966, p. 470-471, grifo meu) asseverou que “toda a grande imprensa, articulada em c ro, participou dessa prepara o psicológica [que redundou no golpe de 1964], como o r dio e a televisão”. Para exemplificar, Sodré citou dois editoriais (“Basta!” e “Fora!”), publicados pelo *Correio da Manhã* poucos dias antes da interven o militar. Esse movimento uníssonos teria sido, segundo o autor, “a última ‘opera o montada pela imprensa empresarial em nosso país” (SODRÉ, 1966, p. 471).

Ren  Dreifuss (1981), por sua vez, em um trabalho minucioso, examinou a atua o do complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-Instituto Brasileiro de A o Democrática) enquanto expressão do capital multinacional e associado. Por meio da análise de extenso material documental, Dreifuss demonstrou as estratégias utilizadas pela “elite orgânica” para desestabilizar o Governo Goulart e projetar seus interesses econ micos sobre o Estado brasileiro. No que tange   imprensa, o cientista político uruguaio apontou uma série de parcerias entre o grupo empresarial reunido sob o IPES-IBAD e a imprensa nacional, destacando, entre os jornais cariocas, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Atuando como canais de publicidade e propaganda das ideias defendidas pelo IPES-IBAD, com uma série de matérias pagas, e explorando o imaginário anticomunista, a imprensa teria beneficiado a campanha anti-Goulart, na medida em que divulgava o material de doutrina o do grupo empresarial e publicava editoriais afinados com a oposi o ao Governo Federal.

Aqui se colocam duas questões. Primeira, no estudo de Sodré (1966), a atua o da imprensa   generalizada e vista de modo pontual. O autor não se preocupou em verificar as diversas posturas assumidas pelos jornais cariocas, dentre as quais, conforme demonstram pesquisas mais recentes, havia uma série de divergências editoriais e políticas. Sodré cita apenas dois editoriais publicados no *Correio da Manhã* no final de março de 1964, como se tais textos expressassem certa linearidade no posicionamento desse jornal durante o Governo Goulart. Não verifica, portanto, que a rela o da imprensa com o campo político estava sujeita a uma tensão que dificultava a preserva o de um posicionamento rígido e uniforme. Segundo, apesar de reconhecer que a imprensa mantinha sua própria campanha de oposi o a Goulart, Dreifuss (1981)

acabou instrumentalizando a atuação dos jornais, como se os periódicos não apresentassem discordâncias entre si e em relação ao próprio projeto político do IPES-IBAD. O autor percebeu jornais tão distintos, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, em um mesmo grupo, ignorando que, por exemplo, o *Jornal do Brasil* procurava mediar os conflitos, no sentido de promover a realização das reformas de base por meio dos canais institucionais, além de apoiar a Política Externa Independente.

Nesse sentido, concordo com a crítica de José Lattanzi, segundo a qual, a interpretação esboçada em Sodré (1966), se fazia justiça ao consentimento relativo à necessidade de substituir Jango na Presidência de República, não dava conta do exame sobre a dinâmica do campo jornalístico. Se referindo aos jornais, o autor afirmou que “atribuir-lhes uma atuação uniforme e golpista prejudica a compreensão do modo de agir dessa importante parcela da sociedade civil, reduzindo-a enquanto ente político” (LATTANZI, 2008, p. 2).

O historiador analisou exemplares dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã*, defendendo a hipótese de que embora apresentassem semelhanças, tais periódicos frequentemente atuavam em campos opostos. Apesar de ambos apresentarem um discurso liberal e pró-democracia, em meio aos conflitos do período e à aproximação do Governo Goulart com as esquerdas, apenas o *Correio da Manhã* preservou seu compromisso com a legalidade. “O que distinguia, fundamentalmente o *Correio da Manhã* dos demais jornais, nesse momento de crise, era a capacidade de entender que a ordem democrática estava sob ameaça e que nenhum ato de força asseguraria sua preservação” (LATTANZI, 2008, p. 5). Já no caso do *Globo*, a ruptura institucional deveria ser justificada, na medida em que, em seu entendimento, viabilizaria a salvação da democracia contra o comunismo.

Abreu (2006) investigou a atuação de jornais do eixo Rio-São Paulo, considerando o início e o término do governo Goulart. Em geral, a pesquisadora afirmou que a imprensa defendeu a posse de Goulart em 1961, com exceção do *Globo* e da *Tribuna da Imprensa*, sendo que neste último caso foi cobrado um posicionamento efetivo das Forças Armadas, instigadas a intervirem no processo político. Diante do veto militar e da solução parlamentarista, os periódicos citados divergiram, com *O Globo* apoiando a castração dos poderes do Presidente da República, em um parlamentarismo híbrido, e a *Tribuna da Imprensa* vendo nessa solução um flerte com o comunismo. Porém, o apoio ao parlamentarismo foi abandonado rapidamente pelo *Globo*, a exemplo

de outros jornais, que viram no retorno ao presidencialismo a possibilidade de “enfrentar a crise política e atacar a inflação”. Ainda assim, a proposta era “atrair Goulart para o centro político e afastá-lo da influência dos grupos de esquerda” (ABREU, 2006, p. 115-116).

O anticomunismo era a tônica de vários jornais cariocas, os quais viam nos movimentos camponeses, nos sindicatos e na aproximação de Jango com as esquerdas um anúncio da comunização do Brasil. Porém, ainda que periódicos como *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* tenham dedicado repetidos editoriais e matérias a este respeito, o fato é que nem toda a imprensa era anticomunista, como era o caso do *Jornal do Brasil*, que, divergindo de seus congêneres, denunciou “[...] os chamados ‘industriais do anticomunismo’ [...]” (ABREU, 2006, p. 116), se referindo àqueles que exageravam a atuação (“ameaçadora”) dos “vermelhos”.

Cristiane Corrêa (2018) pesquisou a forma pela qual *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* representaram a imagem pública de João Goulart durante seu Governo. Semelhante ao que apontaram outros autores, Corrêa argumentou que o ponto de inflexão entre a imprensa carioca e Jango foi o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. A partir daquele momento, tanto os jornais que desconfiavam das intenções de Goulart quanto os jornais que o defendiam radicalizaram seus discursos. Apenas *Última Hora* apoiou o Governo Federal, ressaltando a vitória conquistada por Jango e pelos segmentos progressistas com o retorno do presidencialismo, criando “[...] uma imagem positiva do Presidente e seu governo, reforçando a dimensão dos votos favoráveis ao ‘não’” (CORRÊA, 2018, p. 133).

O clima de radicalização política, cujo auge pode ser identificado logo após a realização do Comício da Central do Brasil, contribuiu para que a imprensa denunciasse conspirações golpistas de ambos os lados, tanto da esquerda quanto da direita. Contudo, também diante dessa questão, *Última Hora* se diferenciou da imprensa liberal, tornando seu apoio a Jango praticamente incondicional, enquanto identificava “membros da direita política como golpistas” (CORRÊA, 2018, p. 155).

Em sua conclusão, a autora considerou que, de fato, a imprensa contribuiu com a campanha de desestabilização do Governo Goulart e com a construção de justificativas para a intervenção militar:

A construção de [...] imagens interferiu no jogo político, porque foi relacionado ao caos, a agitação social, ao comunismo, à indisciplina, à

quebra de hierarquia e protocolo, fazendo com que setores conservadores da sociedade não tolerassem a permanência de Goulart no poder e defendessem sua queda (CORRÊA, 2018, p. 176).

Aloysio Carvalho (2010) pesquisou os movimentos da “Rede da Democracia” através de matérias e editoriais publicados nos jornais: *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil* (1961-1964). De acordo com o autor, a “Rede da Democracia” surgiu em 1963, no Rio de Janeiro, como uma iniciativa conjunta das rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil, tendo em vista a defesa da legalidade contra o que esses grupos empresariais consideravam o crescente avanço do comunismo sobre o Brasil. A análise dos jornais se justifica porque os pronunciamentos da “Rede” eram replicados nos referidos periódicos. Pautados por um anticomunismo liberal, *O Globo*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil* visavam se articular em um movimento de oposição ao Governo Goulart, cobrando do Presidente o compromisso com a legalidade constitucional e a preservação de valores tradicionais, tais como a família, a propriedade e a liberdade.

Um dos acertos da pesquisa de Carvalho (2010) foi evidenciar que a articulação desses jornais não implicava em ausência de divergências editoriais. Pelo contrário, os periódicos cariocas apresentavam posicionamento distinto no que tange ao Governo Federal, mais oposicionista nos casos do *Globo* e do *Jornal*, por exemplo. A Política Externa brasileira também não era vista da mesma forma entre os jornais. Enquanto que *O Globo* e *O Jornal* criticavam a aproximação do Governo com a União Soviética e Cuba, o *Jornal do Brasil* defendia a Política Externa Independente, caracterizada pela busca de maior autonomia em um cenário internacional bipolarizado pela Guerra Fria. Além disso, os periódicos cariocas disputavam quem seria o mais fiel representante da opinião pública, mediando a relação entre cidadãos e governantes e buscando definir os itens mais importantes da agenda governamental.

Segundo o cientista político, uma das principais características da atuação da imprensa liberal nesse período se expressou justamente na tentativa de conquistar a direção da opinião pública, em um contexto de crise política, no qual as instituições (Poderes Legislativo e Executivo, principalmente) se desgastavam perante a sociedade civil e tinham dificuldades em resolver seus impasses. Para Carvalho (2010, p. 18),

[...] os representantes da imprensa liberal fizeram da crítica uma prática por meio da qual disputaram com as instituições políticas o monopólio da opinião pública. Na disputa pela hegemonia da representação da opinião pública, se apropriaram de diversos

discursos sociais, colocando-se na posição de sujeitos políticos responsáveis pela construção da legitimidade do Estado. Dessa forma, eles conferiram ao texto jornalístico um sentido político próprio, de modo a justificar uma posição de predominância no esquema de poder.

Outros autores se debruçaram sobre a atuação de jornais nacionalistas e comunistas, uma arena menos visada quando se trata da análise da imprensa na crise de 1964. Jorge Ferreira estudou o jornal *Novos Rumos*, fundado em janeiro de 1959 como “órgão de comunicação semioficial do PCB” (2013, p. 208). Diferente de outros jornais, *Novos Rumos* tinha um compromisso direto com um partido político, servindo como veículo de doutrinação dos quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas também como instrumento de divulgação ideológica para o grande público, chamado a participar da “Revolução”. *Novos Rumos* não era mantido por publicidade comercial, mas sim através de vendas avulsas, além de contar com apoio financeiro do PCB. O socialismo era defendido enquanto padrão ideal de regime político, sendo ressaltada a viabilidade de sua implantação no Brasil. Nessa linha, o semanário promovia a imagem pública da União Soviética, tomada como “o modelo exemplar de sociedade a ser construída” (FERREIRA, 2013, p. 221).

Uma das questões mais interessantes na pesquisa de Ferreira talvez seja chamar a atenção do leitor para o fato de que, ao contrário do que afirmavam outros jornais de oposição, o PCB se manteve cético em relação a João Goulart, lhe fazendo várias críticas durante a maior parte de seu Governo. Os comunistas repudiavam as negociações do Presidente com o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), vendo nessa aproximação uma ‘política de conciliação’ que inviabilizava a execução das reformas de base. Embalados pelo retorno ao presidencialismo (janeiro de 1963), os comunistas afinados com a Frente de Mobilização Popular (FMP) pressionavam Goulart no sentido da redução das margens de negociação com o centro e a direita, se instituindo um Governo representado unicamente pelas esquerdas. Muito embora o jornal estivesse afinado com a ‘Declaração de março de 1958’, documento no qual o PCB expressava a necessidade de assumir uma posição política mais moderada, de fato, *Novos Rumos* não se comprometeu com a moderação política. Nas palavras de Ferreira (2013, p. 224),

Não há, em *Novos Rumos*, a imagem que ficou, para as gerações posteriores, de um Partido Comunista que abandonou a luta

revolucionária, optando pela via parlamentar dentro das regras da democracia-liberal ou, ainda, do reboquismo ao governo de João Goulart. *Novos Rumos* foi jornal de oposição a Jango e, fazendo coro com a Frente de Mobilização Popular, exigia a decretação imediata das reformas e um governo formado exclusivamente pelas esquerdas.

Ainda na ceara dos jornais “progressistas”, Jorge Ferreira pesquisou a atuação do *Panfleteo*, veículo “[...] porta-voz da Frente de Mobilização Popular e do grupo nacional-revolucionário que, dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seguia a liderança de Leonel Brizola” (2010, p. 619). Criado em fevereiro de 1964, o jornal foi extinto em 30 de março do mesmo ano. Engajado na articulação das esquerdas em prol de uma unidade em torno do projeto da FMP, *Panfleteo* buscava pressionar João Goulart a interromper as negociações com os partidos de centro e direita, formando um governo formado apenas pelas esquerdas.

Segundo Ferreira, o jornal contava com um conselho de redação composto por membros da FMP, entre os quais se destacavam: Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Almino Afonso. Com periodicidade semanal, *Panfleteo* contou apenas com 7 edições, as quais foram comercializadas nos dias: 17 e 24 de fevereiro, 2, 9, 16, 23 e 30 de março de 1964. A exemplo do que ocorria com *Novos Rumos*, “*Panfleteo* não vendia espaço para publicidade comercial [...]” (FERREIRA, 2010, p. 625), contando somente com a venda avulsa.

Refletindo as posições da FMP, *Panfleteo* denunciou “[...] a exploração econômica estrangeira, em especial dos monopólios norte-americanos, e a aliança estabelecida entre essas empresas e setores do empresariado brasileiro” (FERREIRA, 2010, p. 626). Acusou Goulart de ser incapaz de governar, na medida em que sucumbia às negociações com as “forças conservadoras e reacionárias”. Com posição destacada no semanário, “Brizola exigia que Goulart desse fim ao que chamava de ‘política de conciliação’. Em outras palavras, que o presidente rompesse com o PSD e governasse exclusivamente com a FMP” (FERREIRA, 2010, p. 626).

Em meio a essas críticas, *Panfleteo* construía uma imagem negativa do Congresso Nacional, pois via nesta instituição um obstáculo à aprovação das reformas de base. A tática defendida pelo jornal refletia a linha política da FMP, pautada pela perspectiva da política feita nas ruas, com a realização de comícios e greves, as quais deveriam ajudar a pressionar os parlamentares a votar o mais rápido possível as reformas, particularmente a reforma agrária. Após a definição de Jango no sentido de sua

aproximação com as esquerdas, *Panfleto* radicalizou seu discurso, defendendo a realização de “[...] um plebiscito para consultar o povo sobre a necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte”. A ideia era, por cima do Congresso, “[...] redigir uma nova Constituição e, ao mesmo tempo, aprovar as reformas de base” (FERREIRA, 2010, p. 636).

Além de *Novos Rumos* e *Panfleto*, havia outro jornal muito atuante nas discussões políticas da primeira metade da década de 1960: *O Semanário*. Fundado em abril de 1956, o jornal circulou semanalmente com uma tiragem que alcançou a cifra dos 60 mil exemplares. Segundo Leonardo Brito (2011, p. 1), “*O Semanário* tornou-se a maior publicação nacionalista do período (tanto pelo período de circulação, quanto pelo seu alcance)”, contando “com a colaboração de diversos intelectuais e jornalistas, do porte de Barbosa Lima Sobrinho, Edmar Morel, Josué de Castro e Oswaldo Costa [...]”.

O Semanário apoiou a posse interina de João Goulart em agosto de 1961, conforme prescrevia a Constituição. Defendeu a realização das reformas de base e a unificação das esquerdas em torno desse objetivo. Também criticou a “política conciliatória” de Jango, cobrando do Presidente uma postura mais enérgica e compromissada com o encaminhamento dos projetos de reforma estruturais. Segundo Brito (2011), *O Semanário* fez coro à esquerda radical, que via no Congresso um obstáculo não pouco importante na relação das reformas. Por isso, se entusiasmou com a maior aproximação de Goulart com as esquerdas, empreendida por ocasião do Comício da Central do Brasil.

Rafael do Nascimento Souza Brasil (2010) também pesquisou a atuação política do veículo nacionalista, considerando o período 1956-1964, correspondente aos Governos Juscelino Kubitschek (1957-1960), Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e João Goulart (1961-1964). Em sua dissertação de mestrado, o historiador focou nos debates relativos ao desenvolvimento industrial brasileiro e às reformas de base, tomando o nacionalismo como conceito-chave da linha editorial de *O Semanário*.

No plano político, *O Semanário* se alinhou à Frente Parlamentar Nacionalista, enquanto procurou se aproximar dos militares nacionalistas, os quais disputavam a direção do Clube militar. Intervindo no campo político,

[...] *O Semanário* produzia e veiculava propostas de organização do Estado brasileiro, calcado num viés nacionalista que tinha como meta o desenvolvimento autônomo do país. Tal perspectiva de organização social disputava a hegemonia do processo político brasileiro com

outros projetos de sociedade, presentes naquela conjuntura histórica (décadas de 1950 – 1960) (BRASIL, 2010, p. 10).

É interessante notar que, segundo o autor, a defesa da reforma agrária, por parte do jornal nacionalista, não visava introduzir o socialismo no país, mas sim “[...] modernizar as relações capitalistas no campo, fortalecendo o processo industrializante no país” (BRASIL, 2010, p. 151). A ideia seria resolver a crise de abastecimento, dinamizar o mercado interno, promover a industrialização nacional e reduzir os conflitos no campo, preservando-se a estrutura vigente e redistribuindo a terra de forma mais igualitária, mas sem abolir a propriedade privada, como denunciavam muitos opositores da reforma agrária.

No plano econômico, *O Semanário* era favorável a um Estado mais interventor, que negociasse o pagamento da dívida externa, monopolizasse o câmbio e o comércio do café, além de garantir “[...] a regulamentação das remessas financeiras para o exterior” (BRASIL, 2010, p. 159). Defendia ainda a “[...] taxaço sobre os lucros das empresas estrangeiras e a adoção do sistema de arrecadação tributária ancorada em um critério social, exigindo encargos para com o tesouro nacional proporcionais à renda, além da coibição das fraudes e sonegações” (BRASIL, 2010, p. 160).

Politicamente, entendia que os analfabetos e os escalões inferiores das Forças Armadas deveriam ter direito ao voto, enquanto a liberdade de organização e participação política deveria ser garantida a todos, até mesmo aos comunistas. Mas diferentemente de outros jornais à esquerda, *O Semanário* criticava o sectarismo e a falta de disposição para o diálogo com forças políticas concorrentes. Prescrevia que a defesa das reformas só seria legítima se realizada no domínio da lei e pacificamente. Nesse sentido, o jornal buscava reunir forças heterogêneas que fossem favoráveis às reformas de base, mas sem partir da premissa (defendida pela esquerda radical) de que apenas um governo exclusivo das esquerdas seria desejável naquele momento (BRASIL, 2010).

Como podemos perceber, a pluralidade de posicionamentos políticos e editoriais da imprensa carioca refletia em boa medida o equilíbrio de forças políticas durante o Governo Goulart, não sendo possível afirmar que os jornais partiram em um movimento genérico e linear rumo à deposição do Presidente e à construção de justificativas para a instauração de um regime militar.

Conclusão

Neste trabalho, busquei revisar alguns estudos dedicados à atuação da imprensa carioca na crise do Governo João Goulart. Considerando os caminhos da produção acadêmica e o processo de habilitação dos jornais como fontes e objetos de investigação, tentei ressaltar a importância de olharmos com mais cuidado a dinâmica da relação entre os campos: jornalístico e político.

Não podemos tomar a atuação da imprensa de maneira genérica ou instrumentalizante, afirmando, no primeiro caso, que toda a imprensa ajudou a derrubar Goulart ou, no segundo, que os jornais serviram como meros instrumentos da “classe dominante”, entre outras afirmações frágeis. Ao contrário, o que as pesquisas mais recentes têm demonstrado é que havia uma série de divergências entre os jornais cariocas - e mesmo entre aqueles que fizeram oposição a Goulart. O apoio final à intervenção militar não significa, necessariamente, a existência de oposição sistemática ou de rejeição completa aos projetos sustentados pelo Governo Federal na primeira metade da década de 1960.

A relação entre Comunicação, Política e História se mostrou tensa durante todo esse período. Porém, na medida em que a radicalização política cresceu, também os jornais passaram a assumir posições mais intransigentes, defendendo no final de março de 1964, em boa parte, a destituição de Jango, e, em número menor, a preservação da ordem constitucional. Jornais mais à direita do espaço político, tais como *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, acenaram diversas vezes para a importância que os militares possuíam na ordem política, devendo atuar como “poder moderador”. Outros, situados do centro à esquerda, a exemplo do *Jornal do Brasil*, de *O Semanário* e do *Correio da Manhã*, defendiam a realização das reformas de base, mas argumentando que o Congresso Nacional era a instituição legítima em matéria de produção de Leis, não sendo aceitável pressioná-lo insistentemente ou passar por cima de sua autoridade. Já na esquerda radical, é possível mencionar o caso de *Novos Rumos* e *Panfleto*, respectivamente, representantes do PCB e da FMP. Ambos pressionaram Goulart a assumir um compromisso exclusivo com as esquerdas, se recusando a negociar com as forças políticas tidas como reacionárias e conservadoras (PSD e UDN, principalmente). No entendimento desse segmento jornalístico e político, Jango deveria acabar com a “política de conciliação” e realizar as reformas sob o impulso dos movimentos

populares, mesmo que para tanto tivesse que desautorizar o Congresso e legislar via Executivo.

Portanto, a disposição de forças políticas se fazia representar no campo jornalístico, com jornais alinhados ao liberalismo, ao trabalhismo, ao comunismo e ao nacionalismo. E assim como ocorreu no campo político, entre os jornais havia divergências, mesmo se tratando de veículos pertencentes a um mesmo segmento ideológico, como era o caso do *Jornal do Brasil* e do *Globo*, ambos afinados com o liberalismo. Por outro lado, ainda que o nacionalismo servisse como cimento ideológico de *Novos Rumos*, *Panfleto* e *O Semanário*, o entendimento sobre o caminho correto de realização das reformas de base era divergente, pois enquanto que os dois primeiros jornais admitiam o recurso à força e à violência, o último semanário recusava qualquer expediente diferente da obediência à ordem legal.

Entre outras coisas, a revisão da literatura sobre a ação política da imprensa carioca na crise do Governo Goulart evidencia que o alinhamento entre jornais e Governos não significa, necessariamente, submissão. Assim, tanto as esquerdas condicionavam seu apoio a Goulart ao compromisso com a realização das reformas quanto parte da direita e dos jornais de centro-esquerda reclamavam do Presidente moderação e disposição para proteger a legalidade, seja contra as investidas da direita, por exemplo, de Carlos Lacerda e de militares anticomunistas, seja contra iniciativas à esquerda, de lideranças políticas ou sindicais. De qualquer maneira, a análise bibliográfica aponta que a imprensa não apenas participou dos debates políticos da primeira metade da década de 1960, como também procurou orientar os rumos da política nacional, defendendo seus respectivos valores e ideais políticos.

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, M. M. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 107-128.

BRASIL, R. N. S. **Um jornal vale por um partido – O Semanário (1956-1964)**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRITO, L. “O Semanário” – Um jornal que vale por um livro – Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

CARVALHO, A. C. **A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)**. Niterói: Editora da UFF; Editora NitPress, 2010.

CORRÊA, C. M. **Imagens públicas em disputa**: o governo João Goulart através da grande imprensa carioca (1961-1964). 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, L. A. N. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, n. 28, v. 14, p. 123-143, 2010.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, poder e Golpe de Classe. Tradução Ayeska Branca de Oliveria Farias *et al.*; rev. téc. René Armand Dreifuss. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, J. *Panfleto*: as esquerdas e o “jornal do homem da rua”. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 619-638, jul/dez 2010.

_____. *Novos Rumos*: jornal do Partido Comunista Brasileiro. **Locus**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 205-224, 2013.

FICO, C. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

LATTANZI, J. R. Ideologia e legalidade: os princípios liberais na imprensa (1961-1964). **Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, Seropédica – RJ, 2008.

LUCA, T. R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed.; 1 reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MOTTA, M. S. **O Rio de Janeiro continua sendo?** Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.